5. Trabalhos de Ongs em favelas: o olhar de quem faz.

5.1. Percurso da Pesquisa

Nossa pesquisa foi realizada no Morro do Borel, em função de ser um morro representativo da tradição favelada, onde sua historicidade é extremamente emblemática da história das favelas. Além disso, o Morro do Borel apresentou como facilitador, a existência de uma ONG evangélica há 15 anos, no qual a pesquisadora tinha uma aproximação com essa organização. É importante destacar que vários estudos vêm apontando a presença crescente de ONGs evangélicas (Cunha, 2003; Zamora, 2002), nas últimas décadas, principalmente em favelas.

Realizamos no primeiro momento, uma aproximação ao campo que se deu através da instituição evangélica. O Coordenador I da ONG A, nos ajudou a descobrir os equipamentos de serviços levantados e também possibilitou a abertura e contato com os outros coordenadores das outras ONGs. O fato de conhecer o coordenador I da ONG A, foi o ponto principal, pois as pessoas as quais eu entrevistei, conhecem os trabalhos desenvolvidos pela instituição, facilitando assim, as respostas e até mesmo outros contatos no morro. Como também, a possibilidade de conhecer “a barreira”, ou seja, o outro lado do morro.

A partir disso, os equipamentos de serviços existentes no Morro do Borel foram levantados, no qual identificamos 14 serviços oferecidos, por diversos segmentos, no quais encontramos creches, escolas, atendimentos a saúde, atendimento jurídico, igrejas e organizações não-governamentais, como podemos observar abaixo:

Tabela 3 - Levantamento dos equipamentos de serviços do Morro do Borel

Organização	Natureza administrativa	Ligação Institucional	Serviços Oferecidos
1. Centro Comunitário Raio do Sol do Morro do Borel.	Privado	Convênio com a prefeitura	. Creche

2. Creche Santa Mônica	Pública	Prefeitura	. Creche
3. Jovens com uma Missão (JOCUM).	Privado	ONG evangélica	. Creche Semente . Ambulatório Médico . Escola de Música . Telecentro . Oficina de Arte
5. CIEP	Público	Prefeitura	Do C.A. ao primeiro segmento do ensino fundamental.
6. Colégio Municipal Marcelo Cândia.	Público	Prefeitura	Ensino fundamental
7. Posto de Saúde (dentro do CIEP)	Público	Prefeitura	. Atendimento ambulatorial.
8. Associação de Moradores do Morro do Borel.	Privado	Moradores do Borel	. Representação de moradores; . Correios; . Gari comunitários
Posto Avançado Lídia Monteiro	Privado	OAB / Igreja Católica	. Atendimento jurídico.
9. Associação Projeto Roda Viva.	Privado	ONG	. Trabalha com ênfase no desenvolvimento do campo educacional, buscando através de metodologias amenizar os problemas de crianças e adolescente de baixa renda
10. Projeto Curumim	Privado	Agenda Social. Escola Oga Mitá e Ong Mitá	. Trabalha com turmas de crianças matriculadas nas escolas públicas (com dificuldades de aprendizagem) e moradoras das comunidades carentes. Desenvolvem atividades ligadas especialmente às diferentes formas de linguagem, literatura, música, teatro, artes plásticas e outras nascidas da demanda do grupo de crianças.
12. Projeto Casa da Criança	Público	Prefeitura	-
13. ONG Gestão Comunitária: Instituto de Investigação e Ação Social.	Privado	ONG	. Projeto “Comunidade na Luta contra Aids”: um programa em saúde reprodutiva, voltado para a prevenção da AIDS.

14. Condutores da Memória	Privado	ONG	. Responsável em resgatar a história cultural da grande tijuca.
---------------------------	---------	-----	---

Fonte: Construído a parti do trabalho de campo pela pesquisadora.

Por esse quadro, podemos observar que encontra-se no Morro do Borel, 14 organizações, sendo que 08 de caráter privado e 06 de caráter público. Com a inserção das organizações privadas, percebemos que elas se articulam com os setores públicos. Por outro lado, elas oferecem serviços fundamentais, como o caso das creches, garantindo serviços de qualidade e complementando a ação do Estado.

No segundo momento, buscamos uma aproximação com quem já lida com esse objeto³⁰. Por conta disso, conhecemos os depoimentos contidos no livro *Fala Favela*³¹ Pandolfi e Grynspar (2004). Para ajudar ainda mais nessa aproximação, complementamos essa etapa, com a realização de entrevistas com 03 pessoas, que foram 01 da ONG da Maré, 01 ONG da Rocinha e 01 ONG de Caxias. Essas entrevistas foram feitas com o coordenador de cada ONG, no qual procuramos observar a história de vida, pois acreditamos que “Eles (coordenadores) não são vítimas, a partir da sua história, conseguiram transformar a experiência em ação”. Esse contato não somente permitiu obter dados acerca de cada organização, com também saber os limites e possibilidades.

No terceiro momento, escolhemos para a nossa seleção três organizações, que deveriam estar dentro dos critérios estabelecidos: ter Coordenador ou Diretor, está inserido na instituição por mais de cinco anos e se morava dentro ou fora da comunidade (Somente 01 entrevistado morava fora da comunidade). Para cada um desses informantes, deveríamos ter dois encontros (escolha metodológica nossa). Na verdade realizamos, 13 entrevistas, tendo a preocupação de que no primeiro contato conhecer a instituição e sempre que possível realizar as entrevistas em dias de atividades.

A escolha das instituições se deu também a partir de três tipos de diferentes de organizações, que classificamos de ONG de fora, ONG de dentro e “ONG de dentro e de Fora”. Essa classificação teve como critério básico, a relação com o território e o próprio processo histórico da evolução das ONGs. Assim, as primeiras ONGs constituídas no país e na cidade tiveram uma estrutura genérica, que não se referia a atuação em território

³⁰ Depoimentos identificados através da pesquisa realizada por Pandolfi e Grynspar (2004).

específicos. Sua definição era baseada no objetivo da instituição, educação popular, assessoria (como já analisada anteriormente) em função disso, grupos prioritários e conseqüentemente a localização territorial.

Assim, conceito de *ONG de fora*, elaborado por nós, para referir-se a essas ONG que foram construídas fora do seu local de atuação. Suas ações não “nasceram” ligadas a problemática específica de determinadas favelas, ainda que características de cada território fossem considerados nos planos de trabalho realizados nas localidades. Um outro elemento caracterizador dessas ONGs é o seu corpo técnico (coordenação e execução). Operam nessas organizações técnicos vindo de fora “residentes de fora” da área de atuação.

A *ONG de dentro*, se forma a partir de demandas trazidas pela própria comunidade, sendo fruto de iniciativas de mobilizações e da experiência acumulada por determinados. Essas ONGs buscam “pensar e propor alternativas para seu espaço”. Muitas das pessoas inseridas dentro desse tipo de ongs, são pessoas nascidas e criadas dentro da comunidade. Essa estreita vinculação dos atores internos com o território tem do ponto de vista dele inúmeras conseqüência: maior conhecimento dos moradores e de suas potencialidades (e limites), maior facilidade de trânsito local, o que conseqüentemente facilita o bom andamento das atividades e maior identificação com os membros das organizações.

A *ONG de dentro e de fora*, foi por nos considerada aquelas ONGs que tendo sido estruturada externamente ao território passa a articular-se com ele através da constituição do seu corpo técnico. Este é constituído por pessoas residentes na localidade (mesmo que nascido fora). Assim, as ONGS de dentro e de fora tem toda a sua estrutura montada fora do seu local de atuação. O que torna igualmente *de dentro* e a sua profunda relação com o público alvo. O que os leva a auto-definir-se como moradores.

Essa classificação não condiciona as ligações instituições das organizações, mesmo classificadas como de dentro. Isto significa que praticamente todas as organizações têm ligações externas (nacionais e internacionais). O que lhes garante sua própria sobrevivência e identificação das instituições. As ligações têm como fundamento uma extrema identificação com a mesma missão e perspectiva de trabalho. As ligações institucionais das ONGs locais são variadas (responsabilidade social e empresarial, fundações civis, universidades, organizações confessionais e outras ONGs). A sua construção (através de

convênios e parcerias) revela o conhecimento e habilidade de articulação que as organizações têm como o mundo externo.

Tabela 4 – Tipos das ONGs pesquisadas

Organização	Natureza administrativa	Ligação Institucional	Serviços Oferecidos
1. ONG A	Privada ONG de dentro e de fora	Organizações Evangélicas nacionais e internacionais	. Creche Semente . Ambulatório Médico . Escola de Música . Telecentro . Oficina de Arte
2. ONG B	Privada ONG de fora	ABONG J.P. Morgan SKN – Stichting Kinderpostzegels Nederland Fundação Eva Klabin Rappaport Fundação Beit Lubavitch	. Trabalha com ênfase no desenvolvimento do campo educacional, buscando através de metodologias amenizar os problemas de crianças e adolescente de baixa renda.
3. ONG C	Privada ONG de dentro	Agenda Social Rio, IBASE, UERJ e a ONG Gestão Comunitária.	. Responsável em resgatar a história cultural da grande tijuca.

Fonte: Construído através do trabalho de campo.

A **ONG A**, considerada de dentro e de fora, é uma organização-não governamental, reconhecida com utilidade pública. Fundada há 40 anos nos Estados Unidos e presente em mais de 140 países, essa organização é formada por missionários oriundos de diversas denominações protestantes. Chegou ao Brasil em 1976 e atualmente possui representação em todos os estados, desenvolvendo trabalhos de evangelização e de cunho assistencialista. No Rio de Janeiro, além do Borel, a organização atua no Morro do Tuiuti, Parada de Lucas, Complexo do Alemão e em Santa Cruz da Serra. Atuando desde de 1990, num projeto no Morro do Borel, com sede no “terrão”, seu principal objetivo é prestar assistência médica, educacional/socioeducativa à comunidade, segundo seus relatos “potencializar a comunidade de forma integral e holística” (folder em anexo). Em 1991, foi criado o

ambulatório médico, no qual presta atendimento a comunidade do Borel. Também oferecem serviços nas seguintes áreas: educação (com uma creche) e na área da cultural (um Centro Cultural), este abrange uma escola de música, dança, artesanato e culinária. Na inclusão digital trabalham com um Telecentro, no qual oferece curso de informática básica (Windows, Word e Excel) e informática avançada (computação gráfica e montagem e manutenção de redes).

A **ONG B**, considera de fora, é uma organização civil sem fins lucrativos, fundada em 1988, criada por educadores empenhados na busca de uma educação de qualidade para crianças e adolescentes de baixa renda. Seus programas têm foco na defesa do ensino público, na formação de recursos humanos, na parceria com outras organizações e no trabalho em rede – unindo sociedade, governo e setor produtivo na defesa dos Direitos da Infância e da Juventude. Tem como missão promover o desenvolvimento da cidadania plena de crianças e adolescentes socialmente marginalizados, bem como desenvolver atividades envolvendo a família, a comunidade, a escola e o meio ambiente. Desenvolve trabalhos em várias favelas cariocas a partir de três áreas programáticas: desenvolvimento comunitário (desenvolvimento e implementação de ações de fortalecimento comunitário, através de programas e estratégias de educação, mobilização e articulação de lideranças jovens), fortalecimento da escola pública (articulação de parcerias entre educadores, pais, alunos, igrejas, clubes, bibliotecas, centros culturais, associações de moradores, ONGs, empresas) e educação ambiental (visa inserir a temática ambiental no cotidiano das discussões sobre organização mobilização comunitária). No Borel, a **ONG B** atua, desde 1991, com o projeto “A Comunidade construindo o Futuro” cujo objetivo, principal é oferecer as crianças e os jovens opções de atividades ligada à área da educação, lazer e esporte(folder em anexo). Trabalhando com desenvolvimento comunitário que tem como objetivo promover desenvolvimento local, educacional, mobilizando e articulando a comunidade para que garanta seus direitos e lute pela melhoria da vida local.

A **ONG C**, conceituada como “*de dentro*”, iniciou em 1999, tendo com proposta de sistematizar, registrar e promover a memória histórica e cultural da Grande Tijuca. Essa iniciativa nasceu a partir de um curso de gestão social oferecido para lideranças e

moradores(a) da Comunidades da Grande Tijuca pela ONG Gestão Comunitária³², FAT e SMTB, através da Agenda Social. Uma das propostas da Agenda Social era exatamente a formação de lideranças comunitárias como forma de estimular a participação das comunidades de favelas nas decisões e ações sociais. O curso abordou, diversos temas de interesse das comunidades locais, como: formação do espaço urbano e exclusão social, direitos coletivos e organização local, elaboração e gestão de projetos, educação e meio ambiente, segurança pública, saúde coletiva, relações de gênero e saúde comunitária. Ministrados aos sábados, teve duração de dois meses e contou com a participação de 40 pessoas em sua primeira turma. Três participantes desse curso, todas elas educadoras sociais, apresentaram um projeto final, que tinha como objetivo permitir que moradores (as) de favelas conheçam a história da ocupação e luta que garantiu o direito à moradia nessas áreas. Na época, as comunidades da Grande Tijuca passavam pela intervenção de um projeto urbanístico governamental denominado Programa Favela-Bairro, que despertou particularmente o interesse de moradores (as) para reconstrução da história local. As transformações implantadas pelo projeto serviram de fonte inspiradora para se pensar na formação de grupos locais de jovens que seriam capacitados para atuar como guias turísticos, conduzindo visitantes nas comunidades e falando sua história. O projeto capacitou jovens sobre a história de suas comunidades, buscando mostrar as dimensões positivas da vida nas favelas, valorizando a cultura local e afirmando a favelas como parte da cidade. As três educadoras partiram em busca de uma metodologia que desse conta da recuperação do acervo da história. Realizaram encontros que funcionaram como “oficinas de memórias” em cada uma das localidades previstas pelo projeto, nas quais as lembranças da comunidade pudessem se levantadas e discutidas. Começaram pelo Borel, onde foi realizada a primeira oficina intitulada “Recordando a História” (os informativos encontra-se em anexo). As oficinas realizadas nas comunidades funcionavam como um espaço de aproximação de diferentes gerações de moradores (as) das favelas locais, valorizando o intercâmbio, o respeito e o reconhecimento mútuo. Através dessas oficinas, os moradores (as) tiveram sua auto-estima elevada e se perceberam enquanto sujeitos da história que vêm

³² Segundo o Relatório da ONG C (2003), na ocasião, a *Gestão Comunitária: Instituto de Investigação e Ação Social* incentivou de imediato a proposta, dando apoio técnico ao projeto, discutindo com as educadoras sua elaboração e formas de operacionalização e articulando possíveis parcerias.

construindo, atuando também para além da comunidade. A *ONG C* não conta com sede própria, todo seu material produzido encontra-se na residência das coordenadoras.

5.2. ONGs e seus principais responsáveis

As organizações não-governamentais estudadas apresentam as diferenciações descritas acima. Essas diferenciações iniciam-se pelas peculiaridades de suas equipes de trabalho. Sintetizamos abaixo os dados referentes aos responsáveis pelo trabalho nas organizações analisadas, classificando-os pelo nível de escolaridade, função, local de origem, tempo de atuação e Projeto interno ao qual está vinculado na área do Borel.

Tabela 5 – Perfil da Equipe Responsável

Organização	Função	Local de Origem	Profissão	Tempo de Atuação do Morro do Borel	Projeto
<i>ONG A</i>	Coordenador I	Vila Aliança	Técnico de enfermagem	16 anos	Misericórdia ³³
	Coordenadora II	Suíça	Enfermeira	12 anos	Misericórdia
	Coordenador III	Bahia	Técnico de enfermagem	13 anos	Bom Tom - Escola de Música
<i>ONG B</i>	Coordenador Geral	Rio de Janeiro	Doutorando	6 anos	Desenvolvimento Comunitário
	Educador I	Morro do Borel	Pedagoga	10 anos	Centro Cultural
	Educador II	Morro do Borel	Psicóloga	12 anos	Centro Cultural

³³ Projeto Misericórdia é um programa de atuação em alguns Morros do Rio de Janeiro (Tuiuti, Complexo do Alemão e Parada de Lucas). Tem por objetivo “a realização de um trabalho de desenvolvimento comunitário” que consiste em atividades sócio educativas (artesanato, música, arte e teatro), a criança, adolescentes, jovens e adultos e evangelístico.

ONG C	Coordenadora Geral	Morro do Borel	Professora	40 anos	Fundadora e responsável pelo resgate da memória do Morro do Borel.
--------------	--------------------	----------------	------------	---------	--

Fonte: Construído através do trabalho de campo.

Como podemos perceber as equipes técnicas das organizações estudadas possuem pontos diferentes e aspectos comuns:

- A *ONG A* apresenta em seu quadro técnico uma equipe muito voltada para a área da saúde, o que indica uma das prioridades de sua atuação na localidade. De fato, esse foi seu primeiro setor de atividade através do qual a Organização se instalou na comunidade e buscou legitimar-se junto à população. Sua atuação inicial consistia no atendimento domiciliar dos moradores, através de uma equipe de enfermagem. Como descreve sua Coordenadora: *“Aqui no Borel, o nosso trabalho é sempre muito pequeno; Nossas ações nunca foram grandes. Começamos junto com a comunidade e nosso ambulatório era quase restrito a uma caixa de medicamentos. Além dos atendimentos nas casas, também atendíamos aos moradores que vinham até nós para curativos e outras providências de saúde. Muitos jovens inclusive, feridos no tráfico, e que não queriam ir aos hospitais por medo de serem identificados, nos procuravam a noite. Nós tínhamos o dever de atendê-los. Assim começou nosso trabalho aqui. Tudo nosso é bem devagar, mas sempre buscando atender a comunidade”*. A partir dessas primeiras ações, nasceu o Ambulatório Médico, localizado no Terreirão, parte central do Morro do Borel. Hoje esse ambulatório atende os moradores, contando com parceria da Prefeitura.

A equipe apresenta uma preocupação grande com as questões sanitárias da população bem como, com atendimentos primários (verificação de pressão arterial, curativos, nebulizações, etc). A equipe responsável, apesar de ser toda ela formada por pessoas não nascidas no Borel, tem uma longa permanência na área, (entre 12 e 16 anos de trabalho). Além disso, esses técnicos residem na localidade, sendo que um deles, apesar de sua formação em enfermagem, atua como responsável pelo projeto de música com criança e adolescentes do Morro.

- A ONG B, tem uma equipe técnica bastante qualificada. A grande maioria de seus coordenadores tem formação de nível superior, sendo que um deles (o coordenador geral) não reside no Borel. Os demais são moradores e sua formação (em Pedagogia e Psicologia) foi incentivada pela a própria instituição. A rigor, um dos objetivos da ONG é exatamente a qualificação de atores locais. Segundo o depoimento de uma das educadoras *“tem dois anos que estou formada. A ONG B, sempre me deu maior apoio; me incentivou e estimulou a estudar”*. A preocupação com uma formação profissional de seus quadros é prioridade da ONG analisada e de acordo com o Coordenador Geral (Coordenador I) *“a idéia é escolher educadores que morem na comunidade. Os educadores do Borel, são majoritariamente de lá. Nós trabalhamos com o processo de formação. Às vezes eles não tem grau de instrução porque não tem (ou não tiveram) incentivo. Agora nós estamos com um programa de incentivo à educação. Se ele não investe nele mesmo, ele não serve para ser educador/coordenador da nossa ONG. Então eles têm que voltar para a escola, estudar, fora as capacitações que nós temos. Agora também temos escolhas de profissionais de fora, acho que também isso legal, porque traz outras visões, para não ficar só com educadores da comunidade. Além disso, temos problemas porque, às vezes, você não tem profissionais qualificados na comunidade, os profissionais qualificados são minorias e já trabalham em outros lugares, então a gente tenta mesclar, mas a maior parte é de moradores”*.

- Quanto a ONG C, está conta com uma coordenadora um perfil bastante comprometido com a história do Morro. Filha de um líder comunitário, desde de muito jovem, se interessou pelas causas sociais e políticas da localidade: *“Nasci no Rio de Janeiro, sou moradora do Borel. No Borel, há 55 anos. A década de 50, não tinha nada, na comunidade. Poucas moradias, não tinha calçamento, não tinha água, não tinha nenhum serviço. Nenhum serviço existia, você usava poço, água de mina. Na época aqui no Borel tinha muitas minas, mas era tudo precário mesmo. Aqui eu morava, toda minha infância, adolescência, juventude, aqui eu casei. Era tudo no Borel. Já a partir dos 15 anos, (eu era adolescente) eu já comecei a ir na Igreja Católica. Eu comecei a me engajar na igreja, na década de 60. Comecei nos grupos jovens na igreja, e aí a gente começou a se engajar, nesse trabalho. Uma das coisas que achei mais importante, é que a igreja foi uma das*

pioneiras no trabalho em favelas. Eu achei muito importante o engajamento dos jovens na década de 60. Nós ainda estava na ditadura, e tinha alguns padres que faziam trabalhos com jovens. Colocava conscientização no jovem. Mostrava tudo que estava acontecendo: não podia fechar o olho e dizer que as coisas estavam passando assim, em branco. Por causa da ditadura, não existia nada, não existia nenhum projeto para favela. Não era como agora. Nós não existiam no mapa, a gente não existia, não tinha nem como pedir serviço nenhum. Então pensamos, vamos começar na Chácara do Céu, que era o pessoal com mais dificuldade, e lá a gente descobriu andando; a gente começou através da igreja, nas missas, a gente saía da missa, e a gente deu a idéia: lá tem pessoas idosas que não podem descer, porque o padre não pode ir, pelo menos uma vez na semana, subir para fazer a missa lá? Isso foi o início do nosso trabalho. Quando chegou a década de 70, quando a igreja começou o trabalho, nós já tínhamos uma experiência de engajamento. Quer dizer comecei com 15 anos e depois fui direto, começar o trabalho de mutirões que tinha na época de 70. Por isso que a época de 60 e 70 pra mim foram muito marcantes, porque existia um trabalho dentro da comunidade de solidariedade.

Toda a trajetória de vida comprometida com as causas do Morro do Borel facilitaram a criação da *ONG C*, que trabalha prioritariamente com o resgate da história do Morro, bem como de outras favelas do Rio de Janeiro. A rigor, é essa inserção desde cedo, a que, de certa forma, lhe deu legitimidade tanto em termos de conhecimento como de trânsito nestes espaços e nas relações sociais que os caracterizam. Essa trajetória, as aprendizagens que foram sendo acumuladas bem como as relações (internas e externas) que foram sendo estabelecidas com outros movimentos e processos sociais e políticos constituem o ponto em comum dessa mulher com outros líderes analisados por Pandolfi (2003) em seu estudo sobre os novos atores sociais em favelas. Em todos os casos, a história desses sujeitos não é propriamente a história de “vítimas” da dura realidade social das favelas. Mas a trajetória de “guerreiros (...) que fizeram seu caminho a poder de muita luta e de muita força de vontade, vencendo obstáculos derivados da origem pobre, da discriminação racial e sexual, da segregação” (Carvalho apud Pandolfi, 2003:8). Como ela mesma afirma “nós não existíamos no mapa dessa cidade”. A ação coletiva a fez uma espécie de “militante do espírito público”, processo que também caracteriza grande o número de pessoas nascidas em favelas, que estão envolvidas com organizações e causas sociais locais.

5.3.

Década de 90 e a transformação do Borel em território

A década de 90 traz um grande marco na história do Borel. Na verdade, a década de 90 aparece como um momento que encarna um movimento contraditório: o aumento da violência e o aumento das organizações sociais, civis e religiosas que tentam contrapor-se a isso. No início desse período, o Morro é considerado como um dos mais violentos do Rio de Janeiro, sendo objeto de notícias em vários jornais, tanto no âmbito nacional como internacional (Cf. ver Noel e Pugliese, 1990).

A rigor, pode-se dizer que a partir desta época o Borel assume a condição contemporânea de território. Como observamos em Burgo (205:91), “a noção de território remete a idéia de um microcosmo, que inclui diferentes formas de organização da habitação popular – inclusive a favela, e que diferencia da cidade, que é o domínio dos direitos universais, fonte da igualdade e da liberdade; em palavra, da cidadania”.

Não é que anteriormente não existissem poderes locais mais ou menos autoritários representados pelos antigos “donos do morro, chefes políticos locais, bicheiros” etc. A história das dinâmicas faveladas é rica nestes aspectos, concordamos com Quiroga (1995:424), que diz: “O retorno a medidas de força nas favelas se fundamenta no pressuposto da falta de autoridade ou de um “pulso forte” capaz, neste momentos, de deter seja a ação do crime organizado, seja a cumplicidade das populações faveladas em relação a esses agentes da desordem”

O que vai caracterizar e distinguir essa década é a presença sistemática de grupos organizados ligados às facções criminosas, inicialmente ligadas ao Comando Vermelho³⁴. Além de uma presença forte ligada ao comércio ilegal de drogas, esses grupos vêm diversificando sua atuação na área através de outros setores de atividades (como o controle do ir e vir de moradores e visitantes, controle do transporte local, venda de gás, moto táxi apoio a grupos culturais, tv a cabo). Além disso, a ocupação das áreas circunvizinhas por grupos rivais tem fragmentado as relações sociais, inibido a circulação dos moradores por espaços antes ocupados por parentes e amigos. Esse é, por exemplo, a situação da Chácara do Céu. Como área situada no topo do Morro do Borel, era inicialmente ocupada por uma

³⁴ Essa facção é, ainda hoje, o grupo hegemônico que domina a realidade local, e alguns de seus maiores líderes presos são oriundos do morro do Borel.

população mais pobre, como foi narrado anteriormente pela entrevistada. A Chácara do Céu passou a ser hoje “área inimiga. Seus moradores e jovens não podem mais ser parceiros de lutas comuns, construindo assim uma divisão no morro. Isso se aplica também a outros espaços vizinhos (Formiga, o Andaraí, etc...) onde o domínio de grupos rivais projeta seus antagonismos para os moradores, que em princípio têm situação sócio-econômica e cultural comum. Obviamente trata-se de uma fragmentação que obedece a leis que extrapolam o desejo dos moradores e a história dessas localidades. Temos como exemplo, para se “passar do Terrorão para a Chácara existe uma barreira posta pelos traficantes, nós mesmo vivenciamos e vimos essa realidade.

A isso, se soma a igualmente conhecida “violência policial” que marcou historicamente (e marca até hoje) a relação dos poderes públicos de controle social e as realidades faveladas³⁵. Como é extremamente conhecida à população permanece, frequentemente, no meio do fogo cruzado das guerras entre os próprios traficantes ou dos eventuais ataques da polícia.

Como assinala Burgos, essa dinâmica de território termina reduzindo as possibilidades de ações coletivas, de relações sociais e os próprios avanços da cidadania. E o Borel é exemplo disso uma vez que, como foi assinalado na análise de sua história, ele foi uma área pioneira das lutas cidadãs dos favelados cariocas. *Com podemos observar no CD Borel Brasil “Viver no morro para conhecer, a realidade da comunidade, gente que rala para sobreviver, na legalidade ou na malandragem, mas o que importa mesmo é descobrir, tem muita coisa boa saindo daqui. Tem que se empenhar para melhorar, mundo o mundo a sua volta, tem quem tem amor, têm quem tem coragem, atitude certa para mudar, todos tem valor, todos fazem parte, vida em comunidade”*.

Essa dinâmica beligerante e fragmentadora justificam a presença de instituições que, de alguma maneira recoloquem, as possibilidades de paz, as oportunidades de ações em conjunto e finalmente, as perspectivas de reconstrução de “grupos de pessoas confiáveis”. É o caso das igrejas em geral e, de certa forma, das ONGs que atuam na localidade. Tanto

³⁵ De acordo com Noel e Pugliese (1990) relatado em seu livro: A violência que oculta a favelas: o dia-a-dia nas favelas do Rio de Janeiro, diz que os moradores contam histórias de abuso tanto dos traficantes quanto da PM. Um dia, um dos pistoleiros pediu emprestado o carro de um antigo morador, que negou, pedindo desculpas. Meia hora depois, apareceram cinco pistoleiros, que foram entrando sem pedir licença, e, como de hábito, exibiram as armas. Só perguntado onde estava a chave do carro e nunca mais precisaram pedir. Agora tomam os carros na hora que querem e só devolvem quanto terminam seus serviços

umas como outras terminam tendo legitimidade para transitar entre as áreas, formando grupos de ação e desenvolvendo seus trabalhos. Como afirma uma das entrevistadas:

“Na década de 90, as igrejas evangélicas começaram a se mexer. Na verdade, inicialmente elas só pensavam na parte da evangelização. A igreja católica, que veio para cá, não só se pensava na liturgia, mas no social. Em 90, veio uma ONG evangélica (ONG A) que tem uma visão social. Não adianta só trazer a visão evangélica, você tem que apoiar o social. Nessa parte social, a igreja teve uma participação muito grande”.

Na verdade vários estudos têm apontado a importância crescente dos grupos religiosos nas favelas e os inúmeros significados de sua presença junto à população.

Assim, Alvito apud Zamora e Kuernez (2002), destaca a idéia de que os grupos religiosos suprem a necessidade de pertencimento, frente a uma realidade contemporânea, marcada pelo individualismo. Neste sentido, ganha destaque a atuação das igrejas evangélicas, onde seus fiéis constituem, simbolicamente, “uma família de irmãos e irmãs”.

Cunha (2004) estudando a expansão evangélica em Acari, também aponta uma série de colaborações extra-religiosas (apoios, empréstimos, confiança em transações comerciais, educação dos filhos etc) que a filiação religiosa desenvolve.

Se anteriormente, a condição de vizinho era suficiente para estabelecer uma rede de apoios mútuos, hoje nem sempre a vizinhança é razão suficiente.

Outro fator marcante dessa década é a presença d inserção da ONGs com cursos buscando traz uma “solução” para que a violência seja minimizada e uma mudança para aquela realidade. *A coordenadora I da ONG C, relata muito bem esse período, Já no final da década de 80 para 90 começou esse tipo de cursos vindo para a comunidade, muita gente formada através desses cursos, muita coisa boa, aconteceu aqui, a transformação queouve, aqui já teve cinema, a comunidade era muita citada. Eu esqueci o nome do projeto que tinha aqui, um projeto social, era um jornal que rodava aqui na comunidade. Nessa parte social, a igreja teve uma participação muito grande.*

5.4.

Desenvolvimento Comunitário, Criança, Adolescente e Famílias: como objetivos e públicos prioritários de trabalho das ONGs

Ao realizar as entrevistas com os coordenadores das ONGs, percebemos em sua fala a presença constante das palavras Desenvolvimento Comunitário, Criança, Adolescentes e Família. Nos quais alguns enfocam que trabalham com essa área. A percepção que tivemos que ao relatar que trabalha com desenvolvimento comunitário, é que relata muito bem o que esse termo, *a ONG B, tem a área de desenvolvimento comunitário, que tem projetos na área de desenvolvimento comunitário, que são desde mobilização de educadores, moradores, instituições, rede de parcerias, temos projetos mais amplos também, por exemplo, de intercâmbio com Brasil e Angola, nós temos projetos em outras comunidades também, perfil de atendimento a famílias, grupos de mães, nessa área nós estamos nesse caminho. Aí tem a área de Meio Ambiente, onde a nossa ONG é muito conhecida. Ela é mais conhecida na área de Meio Ambiente (Coordenador I).*

A ONG A define sua atuação como “fazer de tudo”, e a esse genérico “fazer de tudo”, ela denomina, ser desenvolvimento comunitário. Esse conceito é, pois um “conceito guarda-chuva” para englobar uma série de atividades definidas de forma mais ou menos empírica.

Segundo a fala da Coordenadora II da ONG A: *“atualmente estamos com dez obreiros, então nosso trabalho sempre teve muitas facetas, nós trabalhamos com educação, saúde, sócio-educação, casa de recuperação, já tivemos uma casa para meninas, temos cursos profissionalizantes para meninas e mulheres, como também para adolescentes. Então a gente está em várias áreas; a gente não está somente na área de saúde, mas também isso foi um lado bom, mas por outro lado, sempre foi bastante difícil o fato da gente não ter uma área específica. Mas se trabalhar com desenvolvimento comunitário você tentar entrar em todas essas áreas, trabalhar com famílias”.*

A rigor, essa Organização caracteriza-se por uma atuação com uma diversidade de questões. Na concepção deles, essa diversificação ajuda a “entender a realidade do morro”, possibilitando interagir com diferentes grupos tanto internos como externos à comunidade. Entretanto, a estruturação de uma frente de trabalho como sua eliminação, não tem como base nenhum diagnóstico técnico, mas uma certa intuição (ou sensibilidade) dos dirigentes.

Esses, apesar de serem pessoas originadas de outras realidades (inclusive estrangeiras), residem na área há bastante tempo. Essa condição de residentes, dedicados ao trabalho comunitário na localidade, tem sido um fator importante não só no trânsito entre os grupos, como na permanência e legitimidade da instituição, cujo coordenador mais antigo já ocupou inclusive cargo de direção junto à Associação de Moradores local.

Com relação aos **públicos prioritários** das três organizações analisadas pode-se indicar o tripé: **crianças, adolescentes e famílias**.

A prioridade do trabalho com as crianças é generalizado, não só pela importância que este segmento tem na composição demográfica do morro. Ela representa também uma preocupação em termos de futuro das novas gerações.

“Aqui no Borel é assim: quando nós fizemos levantamento aqui, pelo Favela-Bairro, em 1996, já tinha 10 mil e poucos moradores, sendo 30 a 40% de crianças. Então aqui tem muita criança. Na faixa de 04 casas, você encontra pelo menos uma que tem um filho pequeno”.(ONG C)

“Para nossa ONG, a criança é muito importante. Ela proporciona à criança uma visão de mundo diferente; uma realidade diferente da que ela tem, porque muitas crianças só saem da favela, por via das ONGs: a mãe trabalha, o pai trabalha, não se preocupa com o filho, chega no final de semana, ficam tomando cerveja, e não levam o filho à praia; eles não vão ao museu, ao teatro, somente quando as ONGs levam. (Coordenadora ONG B)

Sem dúvida, este depoimento expressa um certo preconceito em relação aos pais das crianças tanto em relação a uma possível “falta de preocupação” em relação aos filhos como aos hábitos e prioridades de lazer dos mesmos (“ficam tomando cerveja”). Não considerando as dificuldades e custos do “levar as crianças à praia, ao teatro ou a museus” esses comentários terminam assumindo um tom acusatório em relação aos moradores adultos. Chama a atenção o fato de terem sido emitidos por uma educadora - moradora da comunidade, o que indica que “ser moradora” não garante uma visão mais compreensiva da realidade social na qual se está inserido.

Em relação aos adolescentes, repete-se a visão dominante de que é necessário evitar “que o adolescente se envolva com a criminalidade”.

“Aqui já tivemos vários casos, já descobrimos casos de meninos estarem envolvidos e a família não sabia. Aqui tivemos casos de adolescente ter uma influência no tráfego, um certo contato. Aí ele veio falar comigo, pois ele queria fazer o curso de padaria, aí nós conversamos com ele: “ estou sabendo por pessoas que você está fazendo parte do movimento, mas a gente quer abrir essa oportunidade para você. Eu espero que você saiba dar essa chance a você “. Aí ele passou por momento de pressão no tráfego e desistiu.”

Essa postura não é obviamente unânime. A Coordenadora da ONG C, num debate sobre a atuação das organizações e projetos sociais em favelas, acusou a lógica da “criminalização dos adolescentes” que está embutida em muitos “objetivos educacionais”: *“Porque o objetivo do trabalho com os adolescentes de favelas é retirá-lo das drogas e da criminalidade? Nós criamos nossos filhos. Eles não têm tendências para criminalidade, só porque foram criados no Borel Isso é preconceito.”*

A rigor, eles têm uma visão que ajudando na formação do caráter da criança e/ou do adolescente estão ajudando a família, ou então, minimizar os “problemas” nela existentes.

A idéia dos coordenadores das ONGs é que a família traz consigo uma demanda que ela mesma não tem condições de solucionar. Além disso, como moradores na comunidade, eles “conhecem a família das crianças” o que lhes possibilita saber o que elas realmente sentem ou precisam. Na verdade, eles se sentem “meio que parte da família”, como um componente que pode ajudar na “criação dos filhos”.

“É uma relação muito transparente, como eu moro da comunidade, isso facilita muito a interação com a família das crianças”(Coordenadora III da ONG B).

Por outro lado, não há dúvida que os programas oferecidos pelas ONGs realmente representam certa ampliação de horizontes tanto em relação a serviços sócio-educativos como no contato com outras áreas e equipamentos culturais da própria cidade.

“A ONG da favela, é mais importante ainda, pois proporciona para criança da favela uma outra visão, quando a ONG é seria, quando a ONG tem finalidade e objetivo”

5.5.

As diferentes dimensões da relação com poder público

A inserção do Estado nas favelas traz elementos importantes para pensarmos a sua atuação, o primeiro deles é a questão dos investimentos. Esses investimentos que muitas das vezes, não conseguem dar conta das diversas demandas. Trazendo com isso, uma insatisfação dos moradores e a fala: “o Estado não faz nada” ou “As ONGs fazem o que o Estado deveria fazer” (relatos abaixo). O segundo seria os equipamentos públicos existentes nas favelas, como vimos anteriormente a partir do levantamento realizado, a presença de 06 serviços, o que na verdade tem acontecido é uma efetiva ação pública e em alguns momentos articuladas com a ação privada. Nessa nova forma de atuação do Estado, o que para muitos é criticada, para outros torna-se um nova forma de intervenção e criação de políticas específicas para as favelas. Como ressalta, Pandolfi e Grynspan (2004:22), “de fato, o Estado vem desenvolvendo ações e marcando presença de forma mais positiva nas favelas. A tônica dessas ações tem sido a não erradicação ou remoção das favelas, mas sua consolidação e se reconhecimento, quer pela urbanização e a construção de escolas e postos de saúde, quer pela transformação delas em bairro, como aconteceu com a Rocinha”. Talvez essa ausência declarada, traz à tona, o terceiro elemento, que seria à insatisfação aos serviços oferecidos pelos serviços públicos, causando assim uma comparação com os equipamentos das classes médias, que estão ali tão próximas do Morro, aumentando assim nos moradores a consciência de diferenças. Ao lado desses elementos, temos a presença das ONGs, que para alguns é um fator positivo, quanto que para outros é negativo, sabemos que elas tem trabalhado ao lado do Estado, em alguns momentos, até com recurso públicos.

Em quase todas as falas, percebemos referência à ausência ou a deficiências em relação ao poder público:

“Acho que as ONGs ocupam um lugar que muitas vezes deveria ser lugar de governo, de entidades públicas, ou seja, na saúde, na escola, na educação. A ONG ainda tem o papel de ocupar os espaços que não estão sendo cumpridos. Dentro das comunidades, ela executa o que o poder público não faz, eu acho que é assim... qual a comunidade que tem uma instituição pública dentro da comunidade, que possa servir a comunidade com qualidade, a criança rica de classe média, ela bota a criança no clube, na

aula de judô, no balé e na explicadora Eu acho que nosso trabalho na comunidade é oferecer isso de graça. Lógico que tem custo para a instituição e para financiadores, através do nosso trabalho a gente oferece de graça para comunidade. A criança pobre tem direito de ter uma escola de balé, teatro, informática. Então é um pouco da nossa expectativa de trabalho. Então você não encontra o poder público oferecendo, nem a escola pública de qualidade, quanto mais o serviço fora ou complementar a escola, não tem” (Coordenador I – ONG B).

“As ONGs acabam tomando o lugar do Estado, realizando tarefas que deveriam ser executadas por ele. Eu acho que a ONG é importante porque ela faz aquilo, que o Estado não faz. É aquilo que eles omitem, deixam de fazer, por exemplo, o apoio escolar, porque existe apoio escolar? Existiria o apoio escolar, se a escola desse uma bagagem suficiente para as crianças? Teria necessidade da uma adolescente da favela participar ou fazer um pré-vestibular que é difícil? Não teria necessidade disso, se o Estado desse capacidade aos seus professores para poder estar passando isso para os alunos, mas não precisa do apoio, porque a criança chega a uma quarta, quinta fase sem saber escrever o próprio nome. Todas as ONGs são importantes por isso”.(Coordenadora II da ONG B)

“As ONGs acabam tomando o lugar do Estado, realizando tarefas que deveriam ser executadas por ele. É do governo sim, mas hoje penso que é do próprio morador, por que se essas comunidades carentes continuam esperando um retorno de fora, eles de certa forma não enxergam o potencial que eles tem. Eu também acho que durante muito tempo o morador foi estigmatizado como um “morador de comunidade carente”. Eu acho que ele perdeu a questão da cidadania dele, ou seja, eles não têm nenhum direito, mas algumas vezes eu vejo que eles são plenamente capazes de se organizar e mudar e deles mesmo fazerem política. É um sonho que a gente tem aqui, de um dia sair daqui e tudo continuar.” (Coordenadora II da ONG A).

“As ONGs acabam tomando o lugar do Estado , realizando tarefas que deveriam ser executadas por ele.Com certeza, eu acho que o ambulatório médico que existe aqui no

morro, não deveria ser um papel da ONG A, e sim do Estado”. (Coordenadora II da ONG A).

Na verdade, as críticas à ausência do Estado ou ao tipo de serviços por ele oferecidos é, como indicamos anteriormente, generalizada.

Sem dúvida, há como que uma mescla de crítica, mais ou menos politizada, com um raciocínio que já integra o senso comum. Assim, uns por razões mais políticas (crítica ao neoliberalismo) e outros por razões bastante “liberais” (a possibilidade de auto-desenvolvimento), todos fazem coro em relação a uma insatisfação com os serviços públicos, indicando aí um dos motivos e fundamentos de sua presença na área.

Assim, as organizações deixam claro que estão “ali fazendo o que o Estado deveria fazer”. Não percebem, ou expressam de forma secundária, outras dimensões de sua própria atuação. Sua própria condição de mediadores pela qual, no dizer de Velho e Kuschnir (2001) “estabelecem comunicação entre grupos e categorias sociais distintas”; permitem o “trânsito de informações e valores” entre a cidade e favela, não se expressa de forma clara.

Na verdade, as organizações não-governamentais acabam assumindo, e funcionando, como um braço ou um “serviço alternativo” que atende diversos segmentos e que atua numa função específica, que é a favela.

5.6. Burocracias e Qualificação Técnica como desafios da atuação.

Nesta perspectiva de “prestação de serviços específicos” as ONGs têm enfrentado alguns desafios relacionados às novas exigências tanto de financiadores externos, como das parcerias internas. Na verdade, identificamos duas grandes formas de reação. De um lado, as ONGs que atuavam (e atuam) de forma mais voluntária e missionária, que questionam as exigências técnicas de projetos, relatórios, avaliações sistemáticas e critérios de qualidade determinados pelos poderes públicos.

De outro, as ONGs mais sintonizadas com a lógica racionalizada de funcionamento das Organizações Sociais, que mesmo questionando determinadas exigências, as aprovam e buscam incorporá-las a sua atuação.

Assim, as “questões burocráticas”, segundo a *ONG A*, atrapalham muito o desenvolvimento das ações, e principalmente a busca de parceiros para financiamento de programas e projetos. Relata a Coordenadora II da *ONG A*:

*“ Eu acho que existem parceiros aqui no Brasil que poderiam investir aqui dentro, mas eu acho que essa visão aqui no Brasil (esse é meu pensamento de estrangeira) é o pensamento de pobreza.” eu não posso dar nada de mim, porque eu não tenho nada” Eu acho que isso é muito forte, essa forma de pensar. Lá fora as pessoas tem mais recursos e eles acham que precisam dividir, entendem, o que dinheiro é mais certo, e é em quantidade maior. Normalmente o financiador de fora, ele quer ver o que ele está investindo, ele quer relatório, ele investe dinheiro para vir avaliar”(...)Nós aqui não temos experiência de financiador aqui no Brasil. Também dentro da comunidade é tudo muito complicado: você não tem como registrar uma creche, porque ela está construída num lugar que “não existe” para a Prefeitura. Além disso, também **tem muita burocracia**. Na verdade nunca tivemos nem recursos humanos e nem financeiros pra fazer o que eles pedem. Também porque a gente não priorizou o suficiente, agora que a gente está tentando resgatar isso”.*

O Coordenador I da mesma ONG concorda com fala acima: *“Eu acho que as Ongs deveriam ser menos burocráticas, acho que as ações delas deveriam ser mais práticas e mais objetivas. Gasta-se muito para poder fazer o projeto, e aí quando sai não funciona. Por exemplo, eu gasto 300 mil num projeto, eu gasto 250 mil em questões burocráticas e fica somente 50 mil no final. Talvez a gente não precisasse da ajuda lá de fora, se a gente se conscientizasse, se houvesse mais justiça, divisão de tudo, mas se você encontra pessoas que gostam de ajudar, então porque não receber? Eu acho valido”.*

Por outro lado, a *ONG B*, acredita serem necessárias às dimensões mais técnicas e mesmo as exigências burocráticas, pois, isso possibilita à ONG uma maior estruturação do seu espaço e de sua atuação:

“Na verdade as ONGs representam um trabalho sistematizado da área social, que podemos chamar de terceiro setor. Elas têm um fundamento jurídico, porque quando você começa burocratizar, você começa a esbarrar em exigências. Então as ONGs respondem na verdade a uma natureza jurídica para que elas possam executar ação, já passamos do

tempo quando as pessoas doavam dinheiro e você não tinha que passar por todo um tramite legal. Acho que as ONGs hoje têm que ter um trabalho sistematizado, organizado, transparente. Acho que tem toda uma prestação de contas que tem que ser feita. É lógico que tem aquelas que não prestam conta,mas acho que é necessário esse trabalho sistematização” . (Coordenador I Ong B)

Outro ponto ressaltado pelos coordenadores entrevistados foi à falta de estrutura e de pessoal qualificado. O trabalho freqüentemente é desenvolvido por voluntários, o que dificulta sua regularidade e as exigências de qualificação.

5.7. Proximidade e Legitimidade: ONGs Dentro e de Fora

Um dos elementos que vem sendo utilizados para a classificação das ONGs de “dentro e de fora” tem sido, em primeiro lugar, a origem ou a base social de sua organização. As “Ongs de dentro” seriam entidades criadas pelos moradores, ou ex-moradores, com objetivos voltados para uma atuação nos contextos aos quais se vinculam.

A rigor, trata-se de uma metamorfose no processo, há muito tempo assinalado, qual seja a “necessidade de participação” dos moradores indicada, desde os anos 60 (o próprio relatório SAGMAC, já a indica nos finais dos anos 50).

Uma outra nuance desta participação, é o contrato de pessoas vivendo nas comunidades, ou a opção dos técnicos e responsáveis pelos programas de “viverem nas comunidades”.

Essa opção, de “viver nas comunidades” enaltecida e virtuosa nos anos 70, hoje com a transformação das favelas em “territórios” e devido aos desdobramentos da violência urbana, praticamente inexistente, salvo na ONG analisada. Essa, por sua dimensão confessional e pelo interesse com um trabalho também com conteúdo evangelizador, tem seus responsáveis vivendo e atuando no Borel.

Como assinalamos anteriormente, essa “moradia no Borel” está presente nas demais ONGs analisadas: uma delas, apesar de ter uma estruturação externa e uma atuação em diferentes partes da cidade e até internacional – Angola tem seus educadores selecionados

entre os moradores da localidade. E a terceira ONG tem seu corpo de participantes totalmente vinculados à localidade e suas vizinhanças.

Pela ótica dos entrevistados, “o trabalho dos próprios moradores” e essa vinculação com o “interior das favelas”, possibilita um maior reconhecimento da Organização dentro da comunidade. Além disso, outra questão para eles importante, é que uma inserção “há muito tempo”, além de “facilitar a vida dos moradores” os torna conhecedores do que suas necessidades e desejos.

“Com certeza, a maioria das pessoas que trabalham na ONG, nasceu e foi criada dentro da favela. Elas sabem muito das dificuldades e os problemas das pessoas que vivem aqui”.(Coordenadora II ONG B)

“Eu acho que sou um facilitador, entende? Eu sei que nas comunidades existem fatores externos que favorecem a comunidade, que é injustiça, a falta de distribuição de renda, a própria escravidão, a corrupção. Mas eu também vejo que a comunidade tem um potencial muito grande, mas o morador não tem todas as informações, todos os recursos, não é que nós podemos ser um facilitador nesse processo, mas tem gente aqui que pode, como já acontece também, você vê as pessoas se organizando dentro da própria comunidade”.(Coordenadora II- ONG A)

“Você não é apenas um missionário, você é um com eles, você almoça com eles, você vai à festa com eles. Você acaba ficando com eles, ou seja, com os moradores, é alguém que está junto. Vai mais além do que alguém que simplesmente está num projeto. É alguém que está junto, alguém que tem um peso. Por exemplo, quando tem passeata, eu posso falar - irmãos nós somos moradores , eu não falo sou de uma ong, eu falo sou morador”(Coordenadora I da ONG A)

“Nós somos as pessoas que mais conhecem a história e a realidade desta comunidade. Nós somos testemunhas e ao mesmo tempo personagens do que foi vivido aqui. Os governos passam. As instituições trocam seus dirigentes. Mas nós continuamos aqui. Eu posso te contar coisas dos anos 60, do período da ditadura, do período do Brizola. Quem dessas instituições ai de fora, ou da Prefeitura sabe disso tudo?”(Coordenadora ONG C)

Na verdade, analisando as equipes de trabalho e as estruturas das ONGs, verifica-se que o critério da vinculação de moradores ao funcionamento das organizações, **não pode** ser critério de diferenciação entre ONGs de Dentro e de Fora. Todas terminam sendo

parcial ou totalmente “de dentro”. Além disso, ao nível dos valores, como vimos anteriormente, mesmo moradores de dentro podem expressar concepções dominantes e mesmo “julgadoras” do comportamento de seus vizinhos.

Sem dúvida, a utilização crescente de moradores na execução dos programas sociais reflete mais a constatação da desigualdade, do distanciamento e do medo que existe entre moradores de diferentes partes da cidade.

É parcialmente verdade, que a ONG classificadas como “de dentro”, realmente tem maior conhecimento das necessidades e, principalmente, da dinâmica interna da comunidade. Por outro lado, elas têm enormes dificuldades de sobreviver autonomamente. Sua sobrevivência depende de articulações (técnicas, políticas, culturais, religiosas) externas, o que faz com que todas as ONGS analisadas terminem sendo: de dentro e de fora.

5.8. Relações entre as ONGs: aproximações e distanciamentos

Nas entrevistas percebemos que não existe uma articulação entre as ONGs do Morro do Borel apesar de trabalharem com temáticas e públicos- alvo semelhantes: criança, adolescentes e desenvolvimento comunitário. Além disso, muitas vezes atuam nos mesmos espaços, o que facilitaria até mesmo o processo de desenvolvimento entre elas. Mesmo as duas ONGs que atuam há bastante tempo no Morro do Borel, “ apenas sabem da existência uma da outra”.

Na verdade nas entrevistas, não houve propriamente críticas entre si. Elas como que desconheciam ou “não consideravam” a atuação das demais. Evidentemente, a condição de gerenciamento de programas e recursos, foi destacada, como tendo inúmeras conseqüências.

“Eu acho que o trabalho das ONGs acompanham o movimento da sociedade. Acho que nós já tivemos outros momentos em a sociedade era mais combativa, os movimentos sociais, as lideranças. Hoje você não encontra tanto esse perfil, nem nas ONGs, porque às vezes por gerenciar recursos, que são oriundos de setores públicos, há um pouco de resignação em determinadas posições. Então às vezes para poder garantir um trabalho, a gente até se cala para não arrumar inimigos. Há ainda outra questão, que é como as

peças lidam com as diferenças, somos, muitas das vezes, muito individuais e deveríamos ser muito mais metodológica do que individuais. Então as ONGs estão um pouco nesse meio. (Coordenador I da ONG B)

Com relação à Associação de Moradores, vimos que as ONGs buscam ter uma proximidade com a associação. As próprias observações ou críticas a ela foram feitas de forma cuidadosa. Certamente analisando o que foi dito por um dos coordenadores, percebe-se uma concepção de “superioridade” (das ONGs X Associação) nas suas considerações acerca da competência administrativa das Associações no gerenciamento de projetos sociais.

“Nossa relação com a Associação de moradores é amistosa. As relações são boas também. Só que a Associação de Moradores passou por uma dificuldade muito grande. Nesse perfil de gerenciamento de projetos da Prefeitura, então elas tomaram um rumo diferente do objetivo primeiro delas. Então ficaram um pouco numa linha de disputa de gerenciamento de projetos. Uma vez passada essa disputa de gerenciamento de projetos, como não ela tinha uma experiência administrativa sólida, ela decepcionou pela forma administrativa das atividades. Então assim é um pouco complicado. Elas estão numa fase experimental e experimentando. Essa coisa que às vezes, as pessoas acham que elas podem fazer tudo o que a gente faz. Esse é um grande desafio, não somos nós que vamos dizer não, cada um tem o seu espaço e que não é tão simples assim. (Coordenador I da ONG B)

5.9.

Limites e Possibilidades: a atuação das ONGs em favelas

Na análise das possibilidades de atuação das ONGs locais, as entrevistas apontam duas grandes questões. A primeira diz respeito ao acesso a serviços e oportunidades por parte dos moradores, que “sem a presença dessas organizações”, a população estaria privada.

A segunda refere-se à maior adaptabilidade dessas entidades às condições de trabalho e vida na favela. Nessa maior condição de adaptação, são destacadas algumas características de “militância e comprometimento” das ONGs com as populações locais.

Além disso, aqui também emergem alguns dos elementos que configuram “as utopias institucionais” de cada Organização:

“Experimentar tecnologias e metodologias; ser um veículo para estar discutindo de forma não dogmática (seja do ponto de vista político ou religioso) questões comunitárias e o próprio desenvolvimento local; a questão do protagonismo que para nós é tão importante. Trabalhamos com uma comunidade onde surgem novos grupos, geração de renda, ou monitoramos grupos, ou assessoramos grupos pequenos, para que eles tenham força para poder fazer o monitoramento junto ao poder público ou fazer valer o direito da criança e do adolescente. Nossa perspectiva é um pouco essa, de participação das pessoas nesse movimento”.

“Acho que ONG tem essa possibilidade de trabalhar pra além do horário de serviço. Não é uma coisa pré-estabelecida. Nós estamos trabalhando com as pessoas, transformando elas em sujeitos, isso não depende de horário, nem de tempo e nem lugar, isso deve ser um indicativo para os outros tipos de formação. Eu posso falar da nossa ONG: sua possibilidade de mostrar que uma ONG pode fazer um trabalho legal, com transparência e com uma boa administração além de uma preocupação técnica.”

Quanto aos limites, as ONGs entrevistadas relataram obviamente “dificuldades de sustentabilidade econômica” e os enormes esforços que têm que depreender para a garantia de manutenção de seus programas e projetos. Lamentam que sua atuação tenha que ser mantida dentro de limites, muitas vezes modestos, dadas as condições com que operam. Várias de suas pretensões e experiências terminam sendo repetitivas uma vez que sua expansão exigiria recursos e investimentos públicos (ou privados) com os quais não contam. Essa situação se concretiza na ONG que não pode ultrapassar os atuais limites de seu ambulatório de saúde ou não consegue alvará de funcionamento para sua creche. Para outra organização:

“Muitas vezes às nossas ações poderiam se transformar em políticas públicas, então essas ações por falta de interesse e investimento do poder público, ou às vezes, por disputa mesmo (não apoio porque essa idéia não é minha) então algumas ações que poderiam ser transformadas em políticas públicas, não são. Por exemplo, a ação complementar, que a gente executa no Borel, poderia ser uma ação pública: uma política pública de ação complementar à escola. Aí ela teria que funcionar em tempo integral ou

ter mais escolas ou ainda, ter um perfil de mais profissionais. Para a gente seria ótimo, a gente faria outras coisas, não faltaria espaço para a gente fazer, esse é o grande limite.”

Um aspecto que mereceria destaque no que se refere aos limites de atuação é a possibilidade de interferência do tráfico de drogas, tão destacado nas análises relativas aos contextos favelados. Certamente alguns dos entrevistados não o fizeram por respeito à “famosa lei do silêncio”. Contudo, em nenhum momento das entrevistas, (mesmo aquelas realizadas em ambiente de muita confiança como os entrevistados ligados à Igreja, ou o coordenador, entrevistado fora da favela) nenhum relatou o fato do tráfico como um empecilho a sua ação. Pelo contrário, para eles, “os traficantes reconhecem o trabalho e acreditam que possa dar certo”.

Consideramos que cada vez mais é forte atuação das ONGs e com isso, se estabelecem as mediações, que ajudam a entender e interpretar esse território, que é a favela. Também porque se torna presente à relação Favela e Cidade, onde mesmo sendo uma relação ambígua e contraditória, serve de base para “negociação” a acessos a bens e serviços públicos da cidade.